

Antônio Carlos vai apresentar proposta para acabar com os privilégios de juízes

Presidente do Senado também reafirma que Instituto de Previdência será extinto

Cristiane Jungblut

• **BRASÍLIA.** Diante da reação da opinião pública e do presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), decidiu apresentar no dia 8, no segundo turno de votação da reforma da Previdência, destaque suprimindo a permissão para que os magistrados elaborem suas próprias regras de aposentadoria. A permissão foi incluída na votação em primeiro turno. O senador disse que sempre foi contra os privilégios para os magistrados e que tem certeza de que o Senado vai aprovar seu destaque.

Antônio Carlos prometeu que amanhã o plenário aprovará o fim do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). No dia da primeira votação da reforma, emenda nesse sentido foi rejeitada no plenário. Mas agora, segundo o senador, o projeto será aprovado. A Câmara também já aprovou o fim do IPC.

No dia 9, depois de o Senado

tomar essas decisões, Antônio Carlos vai pedir rede nacional de rádio e TV para defender o Congresso das críticas. O senador tem o aval do presidente, que também atacou as aposentadorias especiais.

— A emenda foi aprovada com justificativas que não aceitaria se tivesse direito a voto. Se o presidente do Supremo Tribunal Federal acha que é um privilégio, por que os parlamentares vão ficar a favor? — disse.

Assessores de ACM acharam brecha no Regimento Interno

Antônio Carlos terá que contrariar o Regimento Interno do Senado, que não permite que se mude o mérito de um projeto no segundo turno. Mas os assessores do senador garantem que acharam uma brecha.

Para manter os privilégios e derrubar o destaque de Antônio Carlos, os senadores precisarão ter 49 votos. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Bernardo Cabral (PFL-AM), que

votou a favor dos magistrados, admitiu que é muito difícil contrariar uma proposta do presidente do Senado.

Perguntado sobre as declarações de Fernando Henrique contra os privilégios, Antônio Carlos disse que o presidente não atacou o Congresso.

— Ao contrário, o presidente disse que o presidente do Senado já lhe afirmou que no dia 1º se acabaria com o IPC. Ele sabe disso melhor do que ninguém, porque eu lhe disse isso. E minha obrigação é defender o Congresso quando ele estiver certo. O Congresso como instituição age certo — disse.

Antônio Carlos aproveitou para reafirmar que o presidente do Supremo, Celso de Mello, esteve em seu gabinete falando sobre a aposentadoria dos magistrados, e não sobre a reforma da Previdência em geral.

Antônio Carlos disse que será criado um órgão temporário para gerir o que restar do IPC, como recursos e patrimônio. O senador

acredita que o projeto que vai ser aprovado será o da Câmara, com algumas modificações, criando um fundo para as aposentadorias dos futuros parlamentares. Pelo projeto da Câmara, o IPC será extinto em fevereiro de 1999 e será criado um Plano de Seguridade Social dos Congressistas.

Senadores também fizeram projetos de extinção do IPC

Também há projetos dos senadores Carlos Wilson (PSDB-PE) e Jefferson Peres (PSDB-CE) que extinguem o IPC. Hoje, as comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos se reúnem para escolher qual o projeto que será votado amanhã pelo plenário.

— Os recursos do IPC vão passar para a União, que tem que ter alguém responsável, com boa ficha funcional, para fazer essa transição. Não temo que haja um novo IPC: as vantagens serão extintas e os direitos, resguardados. Haverá regras iguais para todo mundo — disse. ■